

# Vale a pena defender o direito à diferença

30/6  
96

**P**OR mais de uma vez adiada, tem agora data marcada, ao que parece em definitivo, e vai realizar-se em Lisboa a reunião constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Ainda bem. Já não era sem tempo. Embora seja necessário reconhecer que a ter-se realizado antes deste tempo, noutro tempo anterior — e isto admitindo que este é o tempo ideal — teria sido um erro grave. Político e diplomático. Com avultados custos para muitos embora com alívio para alguns, bem poucos, para quem tal poderia representar um lavar da consciência, uma recompensa moral. Bem hajam, pois, os homens e os estadistas africanos que, com dignidade e sentido de Estado, conseguiram fazer protelar uma decisão para um tempo em que podem colher maiores vantagens para os seus governados e obter maior prestígio. Em definitivo, todos o sabemos, a criação de uma comunidade como a que é proposta pouco ou nenhum significado pode ter, pouco ou nenhum benefício pode trazer a quem quer que seja se se limitar à simples assinatura de um documento em acto solene. Por mais solene que seja, por mais pompa e circunstância com que alguns o queiram revestir. É que a criação da CPLP só pode ter significado — e terá, certamente — se aceitarmos que desde há

bastante tempo vem sendo construída, paulatina mas seguramente, passo a passo, por cidadãos anónimos dos diferentes países, pelas novas gerações que possuindo uma visão diferente do futuro acreditam que é possível e que vale a pena vivê-lo em comum. Aceitando que assim possa ser, o acto de selar vontades, será sempre um acto voluntário e um acto simbólico. De resto e de outra forma, não fará sentido nem terá qualquer significado neste tempo de democracia.

**P**ERANTE o desejo, manifesto ou consentido, de formar uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa, não ficam os Chefes de Estado outorgantes ilibados em trazer de volta aos seus países respostas a questões que por cá e por lá se levantam, a dúvidas, ao desfazer de confusões mesmo, quando expressas sob a forma de slogans. Por exemplo, devemos aceitar que "somos todos diferentes, todos iguais" ou, pelo contrário, que somos "todos iguais, todos diferentes"? Aceitando que nascemos todos iguais — o que muitos parece não acreditarem — mas que não somos "um só povo, uma só Nação", teremos que defender o direito à diferença. Sobretudo, teremos que acreditar que a única forma de nos poder-mos entender, seja em português ou em qualquer outra língua, é respeitando as diferenças. E que só por isso vale a pena defender o direito à diferença.